

Mobilização camponesa no Pontal:

Retratos de permanências e transformações nas relações sociais do campo, 1946 – 1996*

Clifford Andrew Welch

Grand Valley State University
Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente

INTRODUÇÃO

É a segunda vez que o Sr. José Rainha Júnior e Sr. Roosevelt Roque dos Santos compareceram para debater no Canal Rural e estamos muito gratos por sua presença e por seu comportamento tão civilizado aqui.

Fábio Pannuncio, Canal Rural (3 de dezembro de 1996).

Num dado momento do debate televisivo, o militante sem-terra José Rainha Júnior virou seu olhar da vista da câmera e olhou diretamente para o ativista “com-terra” Roosevelt Roque dos Santos. Naquele momento, eles estavam falando sobre armas e desobediência civil no contexto dos múltiplos conflitos que ocorriam na região do Estado de São Paulo conhecida como Pontal do Paranapanema. Os dois homens passaram a discutir pela primeira e única vez durante duas horas de debate. Roosevelt alegava que os proprietários usavam armas para se proteger, enquanto Rainha rebatia dizendo que a violência não se justifica nunca. Roosevelt, um pecuarista, argumentou que o uso de armas em auto-defesa é uma maneira de usar força igual à mostra de força promovida pela organização de José Rainha, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), quando mobiliza pessoas para ocupar terras. “É violência para nos defender contra a violência do MST”, diz Roosevelt. Ele chamava a ambas de “atitudes medievais”. Rainha, um trabalhador rural que se tornou militante, parecia não acreditar no que estava ouvindo. Fitava Roosevelt, o então presidente da União Democrática Ruralista (UDR), estabelecida por proprietários rurais que se posicionaram firmemente contra a reforma agrária, mas segurava sua língua. Depois de um momento prolongado, Rainha olhou de volta para a câmera e, falando calmamente, disse: “Não concordo com qualquer violência que poderia acabar com uma vida; a vida é a mais sagrada coisa que temos”. E continuou, “também não estou de acordo com violência defensiva”. Era dezembro de 1996, o MST já era um nome conhecido e pesquisas indicavam haver uma simpatia popular pela reforma agrária e uma antipatia pelas pessoas como Roosevelt e organizações como a UDR. Algo havia mudado na sociedade brasileira (Notícias - Canal Rural, 1996; COLETTI, 2002).

A mudança que procuro examinar neste capítulo é a que dá na relação entre os sem-terra e os com-terra no Brasil, entre um Rainha e um Roosevelt, e como esta relação interage com as políticas de desenvolvimento rural. Assim, o papel do Estado em relação a estes grupos é também objeto de estudo aqui, um conjunto de dimensões da realidade também estudado pelo historiador inglês Edward P. Thompson (1998). Estas relações têm atraído a atenção de

* Traduzido do inglês por Venceslau Alves de Souza e Clifford Andrew Welch. Revisada por Leonilde Medeiros.

estudiosos em anos recentes, suponho, em função da mobilização dos camponeses. Eles ou os seus representantes foram capazes de convencer a maioria da população de que a reforma agrária poderia reverter o processo de pauperização sofrido por grande parte do povo brasileiro no contexto da expansão capitalista. Uma relação que outrora era considerada algo natural, caracterizada por uma nítida cordialidade familiar brasileira – reforçada por um Estado autoritário – começava a ser definida como conflito e ter uma presença crítica no palco mundial, onde o sem-terra se tornava um dos principais inimigos do processo de globalização (DESMARAI, 2007). O fato de se apresentarem, Rainha e Roosevelt, como iguais no debate nacional televisivo indicava uma significativa mudança em relações tradicionalmente caracterizadas pela deferência e dominação. Os dois homens, apaixonados representantes de suas classes, apresentaram seus pontos de vista numa discussão quase desapaixonada. Para os telespectadores, eles eram a imagem dos homens modernos da era televisiva, capazes de controlar seus temperamentos à medida que buscavam persuadir a audiência a apoiar suas posições. Eles seguiram o protocolo, tomando o devido cuidado para não desacatar os telespectadores. Eles eram o próprio modelo de civismo, conforme comentou o moderador posteriormente.

O contraste entre comportamento cordial e comportamento civilizado na representação do caráter nacional brasileiro oferece uma chave importante para a compreensão da mudança das relações sociais no país. O renomado historiador Sérgio Buarque de Holanda desenvolveu a idéia do “homem cordial” em seu breve, mas denso livro *Raízes do Brasil*, de 1937, relacionando o caráter nacional brasileiro aos antecedentes portugueses. Em resposta aos críticos, numa edição revisada de 1947, Holanda define o “homem cordial” com maior precisão:

[...] daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade [...] representam [...] um traço definido do caráter brasileiro, na medida [...] em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante (HOLANDA, 1995, p. 146-147).

Holanda descreve cordialidade como um comportamento nascido das tradições rurais, a partir do modelo familiar patriarcal que predominou em Portugal e no Brasil ainda na primeira metade do século XX. Cordialidade vem “do coração [...] da esfera do íntimo, do familiar, do privado”, escreve ele. Por esta razão, alguém pode ser cordial frente a um inimigo, no ódio e no amor. Para Holanda, esse traço cultural continua a influenciar a vida moderna brasileira em muitos aspectos, por exemplo, quando o nepotismo é socialmente aceito. Mas o principal do autor está em explicar a dialética entre o crescimento urbano e a persistência da herança rural. A civilização tenderia a diluir a cordialidade, ele acreditava. Boas maneiras eram parte da civilização e a cordialidade era “justamente o contrário da polidez” (HOLANDA, 1995, p. 146-151, 204-205).

O que estimulou o homem cordial a socializar-se facilmente com os outros, foi exatamente a sua tendência a ver nestas pessoas uma extensão de sua família. O homem civilizado, por outro lado, estudou “as boas maneiras”, de forma a “tolerar” a sociedade à medida

que defendia objetivos pessoais. *Raízes do Brasil*, depois de dezenas de republicações, atraiu novos admiradores nos anos 90, quando diversos intelectuais usaram a idéia da cordialidade para auxiliar a pensar o Brasil no processo de redemocratização (AVELINO FILHO, 1990; WEGNER, 2000). Em 2003, o famoso diretor do Cinema Novo, Nelson Pereira dos Santos, reafirmou a relevância do termo em seu filme sobre Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. No debate na TV, em 1996, o sem-terra Rainha e o com-terra Roosevelt mostraram boas maneiras, mas pouca afeição um pelo outro.

Cordialidade mascara as relações patriarcais, um termo que disfarça a luta de classes no âmbito das relações de pais e filhos, esposas e filhas. Ditaduras que busquem se perpetuar no poder sempre incluem elementos de relações familiares onde é predominante a figura do pai. O regime militar brasileiro (1964-1985) incorporou alguns dos elementos da cordialidade, mas, no meio rural, o modelo do autoritarismo burocrático do capitalismo agravou a luta de classes e gerou bastante confusão, na melhor das hipóteses, e a barbárie, na pior delas. Foram milhões dos filhos e filhas da pátria cujas raízes brasileiras foram cortadas pela “modernização conservadora” do regime militar. O êxodo rural inundou as cidades à medida em que os preços das *commodities* despencavam, o desemprego aumentou, máquinas substituíram trabalhadores nas velhas fazendas e as novas propriedades despejaram os camponeses à medida que estas expandiam suas fronteiras agrícolas (D'INCAO, 1975; SILVA, 1982; MARTINE, 1987). A resistência à mudança redundou em confronto frente à violência do Estado e do setor privado. O processo intensificou uma tendência em andamento que data dos anos 30, fazendo com que a população rural de São Paulo encolhesse de 44% em 1940, para menos de 7% em 2000 (KAGEYAMA, 2003).

Vagando de cidade em cidade, o trabalhador rural encontrou conforto nas igrejas, sindicatos e agências de serviço social. Estas instituições garantiram alívio temporário para os camponeses, mas não o tipo de ajuda prometida pela cordialidade patriarcal. Neste espaço, eu argumento, cresceram os movimentos sociais tais como o MST, combinando, ecleticamente, idéias e táticas de um rico passado de mobilização do trabalho rural, palavras de ordem e organizações, tais quais as Ligas Camponesas, que mais tarde inspiraram a formação do MST; a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), do qual o MST derivaria a necessidade de unir os trabalhadores e pequenos lavradores em uma organização nacional; dos sindicatos de trabalhadores rurais, de onde derivou a ênfase na negociação e nos serviços aos sócios; e, da Igreja Católica, fonte da ênfase na escolarização e uma paixão por a justiça moral (MARTINS, 1989; MEDEIROS, 1989; BOGO, 1999; STÉDILE & FERNANDES, 1999; BRANFORD & ROCHA, 2002).

Para contar essa história de transformação e permanência nas relações entre os com-terra e os sem-terra durante a última metade do século XX, este ensaio descreve três momentos na história social do campesinato do Brasil na disputada região noroeste de São Paulo,

o Portal do Paranapanema: a República Populista de 1945 a 1964; a Ditadura de 1964 a 1985, e 1985 a 1996, o início da Nova República.

A REPÚBLICA POPULISTA

O povo brasileiro precisa é de chicote e não de democracia – Delegado Roque Calabrese (Santo Anastácio, junho de 1946)

Com estas palavras, registradas na imprensa comunista, o delegado Roque Calabrese indicava o quão difícil iria ser para construir uma sociedade civil no Pontal do Paranapanema. O delegado Calabrese fez esse comentário num momento de repressão à Liga Camponesa de Santo Anastácio, uma das centenas de ligas camponesas estabelecidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), de forma a mobilizar pequenos agricultores e trabalhadores rurais depois do fim da Segunda Guerra Mundial. A formação das ligas foi, em parte, uma resposta ao novo pacote de direitos políticos estabelecidos por lei pelo regime getulista. As ligas ajudaram muitos camponeses a se cadastrarem como eleitores e ajudaram o próprio PCB a se destacar e crescer. Elas atuaram ainda como organizações de representação de classe, procurando ajudar seus quadros a endereçar petições ao governo em questões relacionadas aos custos da terra, à produção agrícola e à renda. O PCB enxergou nas ligas um meio de se fazer forte enquanto fortalecia trabalhadores rurais e pequenos agricultores, um segmento socioeconômico pouco representado e geralmente esquecido pelo estado brasileiro. As ligas também serviram como um grupo de pressão para ajudar o PCB e sua delegação a argumentar em favor da reforma agrária na Assembléia Constituinte de 1946. Elas podem nos ajudar a compreender a relação entre o sem-terra, os com-terra e o Estado antes do Regime Militar de 1964. Para o delegado Calabrese, defensor dos interesses dos proprietários de terras, os com-terra, a liga obviamente representava uma ameaça à própria ordem (BARRIGUELLI, 1981, p. 211-212; WELCH, 1999, p. 98-118).

O Pontal era ainda uma região fronteira de São Paulo nos anos 40. Localizado a oeste do Estado, a região forma um triângulo natural, bordado pelos rios Paraná e Paranapanema, que marcam as divisas entre São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. Em meados do século XIX, coronéis rivais requeriam para si o título das terras da região e usavam sua influência sobre os burocratas e o clero para assegurar a posse das terras no processo chamado de grilagem. Eles iniciaram a colonização das terras e estabeleceram companhias para atrair imigrantes, desenvolveram povoados e venderam títulos de terras que pareciam legítimos, quando na verdade eram falsos. Os questionamentos sobre a veracidade da propriedade destas terras se multiplicaram tão rapidamente quanto se multiplicaram as falsificações no decorrer do tempo. Em 1932, por exemplo, a Secretaria Estadual de Agricultura emitiu uma nota pública que dizia “ser perigosa a aquisição de terras na Alta Sorocabana”. Mas, dez anos antes, a estrada de ferro da

Alta Sorocabana já tinha alcançado a beira do Rio Paraná no porto de Presidente Epitácio, facilitando a ocupação e o desenvolvimento econômico. O censo de 1940 mostrou que mais de 275.000 pessoas viviam na região da Alta Sorocabana, 81% em áreas rurais. Isso significou que as companhias colonizadoras tiveram sucesso em atrair imigrantes e que muitos outros, ao saber dos questionamentos sobre a propriedade das terras, tinham se aventurado pela região na esperança de obter um pedaço de chão para eles próprios. Embora as florestas virgens da Mata Atlântica ainda cobrissem muito da região na década de 1950, os pioneiros recém-chegados foram encorajados a derrubar as árvores para que fossem vendidas para as serrarias da região e para que no descampado se pudesse criar fazendas e pastos. Eles o fizeram numa velocidade fantástica. Por volta de 1975, usando ferramentas manuais, deixaram apenas uma pequena porção da floresta de pé, numa região conhecida como Morro do Diabo. Hoje, o pedaço da Mata Atlântica original sobrevive somente por ter se tornado uma reserva ecológica protegida pela polícia especial (LEITE, 1998; CALLADO, 2003).

Santo Anastácio tinha sido um importante povoado no Pontal. Um ribeirão no lugar ganhou o nome do santo em maio de 1769 quando uma tropa portuguesa morrendo de sede encontrou-o e a vila gradualmente fincou raízes ali. Em 1925, ela tornou-se a segunda municipalidade incorporada da região. À medida que os trilhos eram construídos até o rio Paraná, Santo Anastácio tornava-se a base da construção da estrada de ferro, levando espanhóis e italianos a mudarem-se para a região. Isso deu o município um “ar” cosmopolita e criou um campo fértil para a organização do PCB na região (LEITE, 1998; GUERRA, 2004).

Enquanto as Ligas Camponesas também se estabeleciam no Pontal, nos municípios de Presidente Prudente e Presidente Bernardes, as relações entre os sem-terra e os com-terra em Santo Anastácio recebiam maior atenção da imprensa. Em uma reportagem de 1945, o camponês migrante João Rayo Crespo apelava à Secretaria de Trabalho do estado e à justiça local para reivindicar o cumprimento dos termos contratuais pelo proprietário de terras Manoel Ortega, aparentemente sem sucesso (BARRIGUELLI, 1981, p. 137, 147, 207-208). José Alves Portela, que migrou para Santo Anastácio vindo de Sergipe para trabalhar como parceiro de algodão, também reclamara sobre a exploração quando o mercado de *commodities* entrou em colapso depois da Segunda Guerra Mundial e o fazendeiro o forçou, ainda assim, a pagar pelo arrendamento da terra (PORTELA, 1988). Histórias de brutalidades perpetradas contra os sem-terra pelos agentes dos fazendeiros, tais como os jagunços Juventino Nunes e Zé Mineiro, ganharam fama na região (LEITE, 1998, p. 101-112). Estas e outras histórias nos levam a suspeitar da existência do mundo agrário de cordialidade que Sérgio Buarque de Holanda defendeu nesse exato momento como um aspecto fundamental da cultura paulista.

A Liga Camponesa estabeleceu-se em Santo Anastácio em abril de 1946, em resposta ao crescimento expressivo das reclamações de trabalhadores rurais do lugar. Com a liga, o PCB pretendia agrupar todos os pobres e médios “trabalhadores da terra”, uma diversidade de relações de trabalho, em uma categoria só. Mais de 200 “camponeses, em sua maioria arrendatários,

sitiantes, meeiros e terceiros”, participaram no encontro de fundação, de acordo do diário do PCB, *Notícias de Hoje*. A liga serviria para “orientar a luta dos trabalhadores em busca de melhoria das condições de vida dos trabalhadores da terra”. Antônio Valero Valdeviesso, cuja biografia permanece obscura, fez uma “clara exposição” sobre o tema e leu os estatutos. Os participantes “elegeram democraticamente” a comissão diretora da liga, tendo Nestor Veras na presidência e outros onze representantes e substitutos nomeados na oportunidade. Diversos assuntos foram abordados nos discursos que se seguiram: a questão do preço do arrendamento das terras, a manutenção da estrada, a criação de escolas e clínicas médicas. Em outras palavras, os sem-terra entenderam que era dos com-terra grande parte da responsabilidade pelo mau estado de coisas que ali havia e apelaram para o Estado em busca de ajuda. Aluguéis e arrendamentos eram muito caros, as estradas estavam abandonadas, a saúde e a educação de suas crianças deixadas ao acaso (BARRIGUELLI, 1981, p. 155-156).

Em outra reunião ocorrida naquele mês, os diretores prepararam uma petição para enviar ao Secretário de Agricultura Francisco Malta Cardoso, um fazendeiro e advogado com um histórico de esforços no sentido de fazer progredir as questões sócio-rurais. Cardoso e seu colega proprietário de terras João Carlos Fairbancks – um advogado da cidade de Presidente Prudente, considerado por Leite como o “defensor permanente de possuidores de títulos de posse ou de domínio” – tinham contribuído com a preparação da legislação social rural no Congresso dos Direitos Sociais realizada sob as orientações de Getúlio Vargas, em 1941. Ali, eles representaram a sociedade rural no que concerne a idéia do “homem cordial” de Holanda. Para Fairbancks, as fazendas “formavam-se, sob a maior solidariedade de interesses econômicos e mais íntimos contacto entre ‘patrão’ e ‘operário’.” Cardoso descreveu os sem-terra e os com-terra como “companheiros de trabalho”. Para Cardoso e Fairbancks, os sem-terra muitas vezes tinham mais dinheiro na bolsa que os com-terra, que investiram tudo nas suas terras. Para Fairbancks, a condição do sem-terra assalariado era apenas uma situação temporária até que estes se tornassem proprietários. “Há de ser compreendido como situação provisório” – comentou o Fairbancks – um estado potencial e preparatório a proprietário” Sem-terra e com-terra tinham interesses “CONVERGENTES e COMPLEMENTARES” e formavam, nas palavras de um terceiro colega, “o clã fazendeiro”, similar àquele família agrária que Holanda enxergou como fundação da sociedade brasileira (BARRIGUELLI, 1981, p. 178; WELCH, 1999, p. 75-79; LEITE, 1998, p. 47).

Pelo menos 150 camponeses sem-terra discordaram e desconfiaram daquele trio. Muitos deles acreditaram na nova democracia lançada com a queda da ditadura do Estado Novo e assinaram a petição da Liga Camponesa de Santo Anastácio. “Os latifúndios devem ser divididos gratuitamente aos que querem plantar,” a petição começa. “Os nossos produtos não valem nada, mas o que consumimos custam-nos os olhos da cara,” continua. “Sem terra, sem direitos, nossos filhos sofrem de maleita, amarelão, tuberculose, raquitismo, frio e fome”, segue a carta. “Por este pequeno relatório vimos a presença de V. Excia para relatar-lhe a atual situação precária que há anos vamos passando”, o documento dizia. Além da exigência pela reforma agrária radical, a

petição sinalizava a necessidade de políticas novas que ajudassem aqueles camponeses a obter maiores lucros de sua produção a fim de cuidar bem suas famílias. A carta também criticava os com-terra por alugar terras ruins e cobrar arrendamentos maiores que o preço de mercado das terras. O resultado não foi somente uma super-exploração dos sem-terra, como uma tendência a que estes camponeses abandonassem o campo na busca de “melhores condições de existência” nas cidades, que muitos não queriam fazer.

Uma última cláusula lembra que os camponeses, bem como os trabalhadores rurais assalariados, necessitavam possuir suas próprias organizações representativas (BARRIGUELLI, 1981, p. 178-179). Em maio, a imprensa comunista documentou ainda mais insatisfação dos camponeses de Santo Anastácio, quando o diretor da Cooperativa Agrícola Mista de Santo Anastácio denunciou as precárias condições dos sócios, um grupo de mais que 800 famílias camponesas. Ele sustentava a necessidade da liga pelo fato da “miserável [...] vida que os meeiros e arrendatários levam [...] porque o rendimento do seu trabalho vai todo parar nas mãos do latifundiário” (BARRIGUELLI, 1981, p. 189-90). Se a relação entre os com-terra e os sem-terra pode ser comparada a uma família ou a um clã, isso não se verificou em 1946. Esta família agrária era bastante disfuncional.

O Estado respondeu aos apelos dos camponeses de Santo Anastácio mandando repreender severamente a liga em junho de 1946. O tamanho e a “ousadia” da organização deviam ter incomodado profundamente os com-terra. Até o mais influente proprietário da região, o coronel Alfredo Marcondes Cabral – que teve a fama de ser citado dizendo “terra empapada de sangue é terra boa” – não conseguiu uma força de jagunços suficientemente forte para intimidar o movimento camponês (LEITE, 1998, p. 53). De fato, o fechamento da liga em junho de 1946 relaciona as ações do delegado Calabrese mais com os interesses dos coronéis locais que o contexto histórico maior. A decisão de colocar o PCB na ilegalidade e destruir organizações tais quais as ligas camponesas, influenciadas pelas políticas da Guerra Fria, ainda levariam um ano para tomar lugar. O presidente da liga, Nestor Veras, protestou contra a ação em telegramas ao Presidente Eurico Gaspar Dutra e aos chefes dos partidos políticos que participavam da Assembléia Constituinte. “A polícia local fechou a Liga Camponesa,” Veras escreveu, “apreendendo seus arquivos e impedindo o direito de organização aos pacíficos trabalhadores do campo” (BARRIGUELLI, 1981, p. 208-210).

Veras atribuiu ao delegado Calabrese, uma autoridade sustentada pelas estruturas de poder locais, um papel central. Calabrese tinha advertido os camponeses sobre formalizar a fundação da liga, e Veras tinha publicado o estatuto da fundação no *Diário Oficial da União* e a papelada foi legalizada em cartório. Mas as ações tomadas por Veras para fortalecer a liga somente pareciam mais ameaçadores para os com-terra. “As justas reivindicações em torno dos problemas mais sentidos do nosso camponês fortaleciam a estrutura da liga”, Veras disse à reportagem do *Notícias de Hoje*, “devendo ser, este o motivo principal que levou a polícia e demais autoridades a determinar o seu fechamento” (BARRIGUELLI 1981, p. 211-212).

O que aconteceu no Pontal revela verdades sobre as relações entre os sem-terra e com-terra e a incapacidade tanto dos proprietários quanto do Estado de tratar os sem-terra com respeito. Como Calabrese disse, era de chicotadas que os camponeses precisavam e não de democracia. A violência implícita em sua fala reflete a frieza no coração daqueles que negaram os com-terra a deferência que eles tanta precisavam para alimentar sua dominação, os que levantaram a coragem de confrontar esta figura paterna maligna. Este foi o lado feio da cordialidade, a contribuição do Brasil para a civilização ocidental.

Embora o governo tenha colocado o PCB e suas ligas camponesas na ilegalidade, o partido manteve atividades clandestinas entre os sem-terra durante os anos 50. Em muitas regiões do país, comunistas e católicos confrontaram-se na clássica batalha da Guerra Fria para ganhar os corações e mentes da população rural à medida que mudanças na economia política mundial agravavam as relações sociais no campo. A Igreja fincara raízes profundas no meio rural e o “perigo vermelho” estimulava um maior engajamento nas relações cotidianas dos com-terra e sem-terra. Em outubro de 1961, na preparação de uma conferência nacional sobre o trabalho rural, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) constituiu um novo braço para sua missão de amparo aos camponeses chamada Frente Agrária (WELCH, 1999).

No Pontal, o ativista José Rotta, um pequeno fazendeiro e comerciante, fundou uma associação de trabalhadores rurais naquele mesmo mês. No início de 1962, o militante pecebista Jôfre Correa Netto mudou-se para Presidente Prudente para juntar-se à Veras, Portella e um médico comunista da região, José da Silva Guerra, na fundação de uma associação rival, ligada à ULTAB. Estas atividades concorrentes, juntamente com a colaboração do Ministro do Trabalho, o Democrata-Cristão Franco Montoro, levaram os seguidores da Igreja Católica, incluindo o camponês João Altino Cremonesi e sua família, a juntar-se à Rotta na formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente, em outubro de 1962. Rotta tornar-se-ia o primeiro presidente do sindicato, posição assumida por Cremonesi uma década mais tarde (CREMONEZI, 2004; MAYBURY-LEWIS, 1994, p. 85-88).

Apesar da prerrogativa da Igreja, nenhum setor do movimento dos trabalhadores rurais tinha estabelecido uma ligação consistente com os sem-terra quando os militares tomaram o poder em abril de 1964. Os conspiradores depuseram o Presidente João Goulart com a intenção de livrar a nação do “perigo comunista” com táticas de aliciamento. Em colaboração com os grandes com-terra, os militares agiram logo para desfazer a aliança dos camponeses com o PCB. Em São Paulo, a repressão fez Portella deixar seu posto como presidente da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura (FETAESP), e fugir. Delegados do restante dos sindicatos, quase todos organizados pela Frente Agrária, elegeram Rotta para presidente da FETAESP, agora uma entidade incorporada no regime militar. O mesmo cenário se repetia em nível nacional, quando os sindicatos sobreviventes – a maioria conectada à Igreja – apoiaram Rotta para presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), uma organização corporativista do mais alto nível, autorizada pelo Estatuto de Trabalhador Rural de

1963. Fundada em dezembro de 1963, antes do golpe, sua diretoria foi composta por militantes pragmáticos do PCB tais quais Lyndolpho Silva e Nestor Veras e da Ação Popular, uma organização de jovens progressistas da Igreja Católica. Com o poder nas mãos depois do golpe, as lideranças dos “sem-terra”, agora pequenos agricultores aliados à asa conservadora da Igreja, desenhariam a política agrária da nova administração federal, levando o País a uma “revolução branca” em prejuízo de uma reforma de fato (WELCH, 1999, p. 322-328, 347-348; CUNHA, 2004).

O REGIME MILITAR

Capangas do fazendeiro percorrem a área, intimidando os posseiros e ameaçando suas famílias, acompanhados de policiais que, segundo os posseiros, estariam sendo pagos por [o grileiro] Justino para ‘legalizarem’ as ameaças.

- Sem-terras Néelson de Almeida Alves & Silvério da Silva (Santa Rita do Pontal, 1 de outubro, 1977).

O primeiro presidente militar, General Humberto de Alencar Castelo Branco, manteve as estruturas dos sindicatos rurais e apoiou a aprovação do Estatuto da Terra, uma lei de reformas fundiária que estava, havia muito, em debate. Ele se orgulhava de ver seu “governo revolucionário” apresentar reformas dramáticas no campo sem que estas fossem objeto de agitação e de instabilidade, como foram aquelas cogitadas por João Goulart. Para a surpresa dos grupos de fazendeiros conservadores, como a Sociedade Rural Brasileira, o discurso do regime apoiou a reforma agrária via modernização das relações de trabalho, o uso de tecnologias e a oposição aos modelos de ocupação tradicionais como os latifúndios improdutivos (SILVA, 1982; GONÇALVES NETO, 1997).

O regime alterou o artigo 10 da Constituição de 1946 para permitir mais flexibilidade nos mecanismos de pagamento através de títulos do governo ao invés de dinheiro, facilitando a expropriação de terras (CALLADO, 2003, p. 57-59; CAMPANHOLE & CAMPANHOLE, 1980; MEDEIROS, 2003; HOUTZAGER, 2004). Em outras palavras, a chegada dos militares ao poder representou uma mensagem mista. Por um lado, muitos sindicatos de trabalhadores rurais foram fechados e seus líderes presos: comunistas, católicos progressistas e socialistas, tais como Francisco Julião das Ligas Camponesas do Nordeste. Por outro lado, o regime retomou políticas que prometiam o direito de representação aos sem-terra, assim como a distribuição de terras. O desaparecimento de comunistas, a acomodação de católicos pragmáticos e a promessa de reformas controladas significavam a esperança de que este novo patriarcado trataria os sem-terra com cordialidade. Os menos exigentes, os desengajados, poderiam contar com os favores governamentais.

Ao contrário, inúmeros estudos têm mostrado que o regime militar possuía uma política de desenvolvimento agrário descrito como “dolorosa”, especialmente sob a perspectiva dos sem-terra (SILVA, 1982; GONÇALVES NETO, 1997; SILVA, 1998; LINHARES & SILVA, 1999, p. 182-95; SILVA, 2004). A nova classe dirigente apoiou mudanças dramáticas que beneficiaram um processo incipiente de agro-industrialização, que acabaria implicando na substituição dos trabalhadores rurais por máquinas, além de patrocinar a perda das habilidades de

produção agrícola por parte dos camponeses, reduzindo a necessidade por trabalhadores fixos e gerando instabilidade e insegurança na sociedade rural. Isso resultaria num novo processo de concentração de terras que atiraria milhões de camponeses num já inundado mercado de trabalho (SILVA, 1981, p. 82-100; MARTINE, 1987; GOODMAN, 1989). Esta interpretação se confirma pelo exame das disputas por terras no Pontal e o caso da Gleba Santa Rita, localizada ao norte do Rio Paranapanema, no município de Teodoro Sampaio, fundado em fevereiro de 1964, é ilustrativo.

A história da Gleba Santa Rita começa em 1954, com um esquema de terras orquestrado pelo poderoso político de São Paulo Adhemar de Barros. Em conluio com a Ferrovia Sorocabana e com a Construtora Camargo-Correia, ele usou informantes infiltrados na região do Pontal para ajudar seus asseclas a comprar as terras da região que prometiam se valorizar com a construção de uma nova linha chamada Dourados. Um dos beneficiários foi Justino de Andrade, à época prefeito de Presidente Bernardes. Este criou uma companhia colonizadora e antecipou a construção de uma vila chamada Santa Rita do Pontal, subdividindo os dez mil hectares entre os migrantes, o que lhe permitiu lucrar muito com o transporte dessa gente, com a produção de entulho e com a produção agrícola (LEITE, 1998, p. 100).

Embora Barros tenha ganhado as eleições para governador em 1947 e 1963, o sonho de Andrade não se realizou. A linha de trem jamais foi construída e a vila de Andrade cresceu e morreu sem que se construíssem sequer duas dúzias de casas no local. Na verdade, a terra jamais deveria ter sido vendida para ele pela companhia de terras Sulamericana. A terra vendida, como a vasta maioria do Pontal, pertencia ao Estado e não aos grileiros que reivindicavam seu título. Apesar dos repetidos avisos sobre a ilegalidade dos títulos de terras na região, Andrade agiu como se a terra fosse sua e se utilizou de um clássico esquema para ratificar sua propriedade. Em 1967, ele arrendou cerca de mil hectares da floresta de Santa Rita para um empresário do setor automotivo e produtor de algodão chamado Francisco Pereira Telles, de Martinópolis. Em 1968, Telles sublocou a terra para 400 famílias. Mais tarde, Andrade alegou que Telles deveria devolver a terra convertida em pasto dentro de três anos. O lucro de Telles estaria na venda da madeira. Telles alegou que não foi para Andrade pegar a terra de volta que ele havia conseguido permissão para limpar a floresta, atrair famílias e organizar a produção de algodão, seguindo o Estatuto da Terra. Num artigo do *Estado de S. Paulo* de 1978, Andrade corroboraria a versão de Telles, reclamando que, enquanto ele recebia quase nada, Telles tinha recebido parte da produção de algodão e encorajado os inquilinos a afrontá-lo, dizendo a eles que a terra pertencia ao Estado (LEITE, 1998; CORREIA, 1977; FSP, 1977; OESP, 1978b).

Na Gleba Santa Rita, procedeu a acumulação primitiva da riqueza, uma afronta que se refletiu na relação entre os com-terra e os sem-terra. Embora Telles, tecnicamente, fosse, ele próprio, um especulador, seu status de proprietário era inquestionável. Tais intermediários representavam uma parte essencial da expansão capitalista da fronteira agrícola no país. Eles investiram seu capital e técnicas organizacionais nos primeiros estágios de conversão de terras virgens em produção de *commodities*. Não há, entretanto, dados que registrem o grosso do

processo. Telles alegou à imprensa que gastara muito dinheiro em melhoria da terra alugada de Andrade. Este, de seu lado, disse que ele nada lucrara; na verdade, segundo ele, foram as famílias de sem-terra que lucraram e estavam ficando ricas, já que eles não estavam pagando aluguel depois que Telles as havia abandonado, em 1972. Ele alegava ainda estar processando Telles pelos prejuízos, mas nunca ganharia a causa, muito em função da duvidosa legalidade de seus títulos de terras (CORREIA, 1977; FSP, 1977; SANTOS, 1980).

Telles se defendeu na imprensa, cercando-se da lei e culpando Andrade por seu próprio infortúnio. *O Estado de S. Paulo* resumiu seus argumentos num artigo de 1977,

Telles diz que fez tudo conforme o Estatuto da Terra e que além de sementes e defensivos, fornecia [os camponeses] até assistência médica e hospitalar. Mas, quando acabaram com o desmatamento, ele falou, “deixei de dar emprego às 400 famílias no Pontal por uma questão social e aquele pessoal começou passar fome. Embora que seja, não me sinto responsável porque as famílias que eu coloquei, mais da metade daqueles que me consideravam, saíram da gleba, com o término do contrato. Mas Justino deveria manter melhor vigilância em sua propriedade, para impedir a invasão de outras famílias” (CORREIA 1977).

Apesar de utilizar o processo de trabalho mais tradicional – desbravando o mato com ferramentas manuais, um trabalho penoso, para falar o mínimo – a relação entre os com e sem-terra também foi controlada por critérios modernos. Entre eles o Estatuto da Terra que a ditadura orgulhosamente celebrou como uma grande conquista. Houve a provisão de sementes e um sistema de saúde. Estava com um contrato de desmatar e criar pastos. Obra completada, relação terminada. Os sem-terra precisavam ir embora, mas alguns resolveram não sair e outros, talvez, transgrediram depois de iniciar o conflito. Os dois grupos, os com e sem-terra, sofreram por motivos próprios. Em outras palavras, os com-terra se caracterizaram como vítimas, explicaram como se entregaram sem egoísmo para ajudar os sem-terra a tirar proveito da situação e fingiram inocência diante o processo primitivo de acumulação, que eles mesmos definiram. Havia uma transformação das relações sociais, passando de cordiais para civilizadas, na terminologia do Holanda. Telles não estava mais obrigado mostrar “hospitalidade” ou ser “generoso”. Explorados, os camponeses insistiam em ficar na terra depois de formar os pastos.

A história documentada das 400 famílias da Gleba Santa Rita começa, em todos os casos menos um, com sua resistência contra um capitalismo selvagem. Sua resistência dá testemunho à perspectiva contrária da suposta cordialidade de sua relação com os proprietários e o Estado. Entraram na cena em silêncio, topando evidentemente sem questão a procura de mão-de-obra para desbravar a floresta e cultivar algodão num sistema de parceria. Apenas quando o arranjo terminou e foram despedidos da terra e mandados voltar para a insegura e itinerante vida do mercado de trabalho agrícola, foram noticiadas pela grande imprensa suas vozes.

A única exceção foi um camponês chamado Jenival que foi entrevistado pelo escritor carioca Antônio Callado em novembro de 1984. Callado foi contratado pela Companhia Energética de São Paulo (CESP) para revelar os benefícios dos projetos estaduais de reforma agrária no Pontal. Pouco feliz devia ter sido a empresa estatal quando viram o subtítulo do livro Callado escreveu: “Um ensaio sobre a reforma agrária brasileira, a qual nunca foi feita”. No encontro com Jenival na

Gleba Santa Rita, Callado descobriu o fato quase inédito: por 17 anos, a família morava na mesma casa. “Para um lavrador brasileiro”, Callado comentou, “ele é uma pessoa de uma vida extraordinariamente estável” (CALLADO, 2003, p. 39). Este único caso levanta questões profundas sobre a representação da relação entre com e sem-terra. Se nem Jenival, nem Andrade, nem Telles eram portadores da escritura, nenhum deles podia ser considerado proprietário (com-terra) no contexto do sistema capitalista. De fato, a tradição legal no Brasil, como outros países do mundo ocidental, teria reconhecido o direito de escritura a Jenival antes de mais ninguém, devido à sua posse efetiva e duradoura. Contudo, na prática, a relativa pobreza do Jenival e sua evidente falta de vínculos maiores o deixaram em uma posição de desvantagem em contraste com a riqueza e contatos do Andrade. A diferença fez de Jenival um sem-terra e do Andrade um com-terra (HOLSTON, 1991; WRIGHT & WOLFORD, 2003, p. 19-27).

Em 1975, 33 famílias de sem-terras caminharam os 65 km da Gleba Santa Rita até Teodoro Sampaio, onde a expressão de suas reivindicações romperam com a tranquilidade da comunidade ajudaram desvendar Andrade e Telles como homens cordiais. “Com o solo preparado, mas sem sementes, que não podem comprar face à impossibilidade de obterem financiamentos bancários, os posseiros dirigiram-se a Prefeitura. Diante das recusas em atendê-los, eles se revoltaram, tentando conseguir à força ao menos alimentos”. Pelo menos uma proporção destas supostamente bem-tratadas famílias reclamou de estar passando fome. Para restaurar a paz, o prefeito organizou uma refeição para eles no Hotel Comercial. No entanto, a polícia militar buscou reforço na região para defender a “ordem pública” (OESP, 1975a e 1975b).

A polícia militar acabou conhecendo bem os sem-terra de Santa Rita, talvez melhor que qualquer outra instituição, dada a frequência de sua presença na gleba durante os anos 70. Entre 1973 e 1980, eles se juntaram quatro vezes com os jagunços de Andrade e autoridades municipais para cumprir ordens judiciais de expulsão. Os casos piores ocorreram em 1973 e 1974 quando desapossaram à força 63 famílias. Para fazer valer a invasão, a polícia queimou todos os pertences dos camponeses, arrancou suas plantações e matou seus animais (FSP, 1977; OESP, 1978b). Em 1977, jogaram veneno nas nascentes dos camponeses, um ato covarde que matou mais animais. Na época, dois sem-terras comentaram de que, “Capangas do fazendeiro percorrem a área, intimidando os posseiros e ameaçando suas famílias, acompanhados de policiais que, segundo os posseiros, estariam sendo pagos por Justino para ‘legalizarem’ as ameaças” (FSP, 1977). Em 1982, os jagunços atiraram nos camponeses e, em 1984, soltaram gado nas suas plantações.

Por 13 anos, as famílias moraram sob pressão intensa. Novas ameaças de expulsão chegaram regularmente e suas esperanças de permanecer na terra foram pulverizadas repetidamente. Aos poucos, a maioria das famílias originais desistiu, mas novas famílias tomaram seu lugar, novos recrutas do exército reserva de trabalhadores rurais subempregados, cada um buscando um pedaço de chão para criar a estabilidade necessária para melhorar as condições da família nesta terra de batalha. Num rodízio meio natural, os sem-terra resistiram a atos violentos

de despejo, ordens judiciais, intervenções estatais e ataques de jagunços. Em 1979, Andrade estava com 70 anos, cego de um olho, lento na conversa mas, mesmo assim, “não está disposto a ceder. E seus advogados também não, pois segundo eles, os lavradores são intrusos” (FETAESP 1979).

A resiliência dos sem-terra na face desta pressão intensa e prolongada parece contraditar a lógica do regime militar. Foi o mesmo período que viu a ditadura mandar três missões militares à bacia do Rio Araguaia para extinguir um pequeno reduto guerrilheiro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e assim facilitar a expansão da agricultura capitalista na região. Já que esta história de invasão e repressão predomina nas representações da relação entre a ditadura e camponeses no período, é difícil compreender porque o governo não eliminou “o problema” da Gleba Santa Rita em alguns dias. Uma resposta é que a ditadura não teria como ficar no poder se tivesse administrado o país apenas com violência. Machiavel, Gramsci, Arendt, Skocpol e outros teóricos do poder e do Estado nos ajudam entender a necessidade de consentimento para a duração até mesmo do regime mais brutal.

O início dos anos 70 foram bons para a economia brasileira. O “milagre econômico” do “bolo crescente” criou uma base de popularidade para o Presidente Emilio Garrastazú Médici (1969-74), apesar do repressivo “combate nas trevas”. Em uma entrevista em 1997, o líder do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, comentou sobre o período Médici:

Hoje a gente pode dizer que foi por conta da dívida externa, milagre brasileiro e tal, mas o dado concreto é que, naquela época, se tivesse eleições diretas, o Médici ganhava. E foi no auge da repressão política mesmo, o que a gente chama de período mais duro do governo militar. A popularidade do Médici no meio da classe trabalhadora era muito grande. Ora, porque? Porque era uma época de pleno emprego (COUTO, 1999, p. 117).

A prosperidade relativa do período trouxe apoio para o regime e sua popularidade estendeu até o campo. Em seu estudo da cidadania brasileira, o historiador José Murilo de Carvalho observou que “[o] eleitorado rural... apoiou [a Ditadura] em todas as eleições”. A tendência não pode ser vista apenas como produto da cabeça tradicional, conservadora da sociedade rural ou de manobras entre o eleitorado dos supostos coronéis. Ao contrário, o consentimento dos sem-terra tem que ser visto como uma resposta racional quando se considera o conteúdo da política rural da administração Médici. Quando decretou o PRORURAL em maio de 1971, o governo introduziu uma das mais profundas transformações das relações sociais do campo na história do Brasil. Pela primeira vez, a previdência social foi colocada ao alcance dos camponeses, estabelecendo o que passaria ser um dos maiores programas sociais do campo no mundo. Através do FUNRURAL - Fundo de Assistência Rural, a lei ajudou municípios rurais construir suas primeiras clínicas de saúde e outros serviços sociais. A Ditadura encarregou os sindicatos dos trabalhadores rurais de manter os programas novos, ajudando estimular uma explosão da formação de STRs no país (CARVALHO, 2004, p. 172; GASPARI, 2002, p. 210; HOUTZAGER, 2004). A lei e os sindicatos foram vistos como instrumentos da modernização do

meio rural. No século XXI, medidas baseadas nestas políticas acabaram sendo fontes de apoio financeiro fundamentais para centenas de municípios.

O crescimento do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), com ligações entre a Igreja Católica e os serviços de assistência do Estado foi fonte da “lhaneza no trato” rural da ditadura. Para Holanda, isso foi uma essência de cordialidade e o conceito ajuda-nos examinar como hegemonia foi construída no campo brasileiro (HOLANDA, 1995, p. 146).

É notável que os problemas na Gleba Santa Rita viessem à luz no mesmo ano, 1973, em que foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teodoro Sampaio. Segundo Divanil José Cruz, que administrou o sindicato com seu pai José Ferreira Cruz, desde sua fundação até os anos 90, o prefeito José Natalício dos Santos começou o processo de formação do sindicato em Teodoro. O município tinha menos que dez anos de vida quando o STR foi fundado e só então conseguiu segurar uma clínica de saúde com um médico e dentista utilizando o FUNRURAL, segundo Cruz. Os Cruz atraíram a atenção do prefeito como líderes por seu comportamento a favor de sindicalismo, algo que aprenderam com um padre no Estado de Paraná antes de deslocar para o Pontal. Como pequenos agricultores, a família Cruz foi atrás a burocracia com o apoio da prefeitura e não demorou muito para mobilizar 1.500 sócios. Com a Igreja Católica, o STR logo ficou uma das instituições mais importantes em Teodoro Sampaio. Para afirmar a impressão sobre o comportamento político da classe trabalhadora da época, Cruz entrou na ARENA, o partido da ditadura, e expressou em entrevista recente saudades pelos anos do regime militar principalmente por causa de seu apoio aos STRs (CRUZ, 2004).

Como outros críticos do FUNRURAL, Carvalho alega que ele funcionou para cooptar o movimento camponês. “Às tarefas de assistência agora a eles atribuída, contribuiu muito para reduzir sua combatividade política e gerou dividendos políticos para os governos militares” (CARVALHO, 2004, p. 172). O sociólogo Claudinei Coletti foi ainda mais forte em sua crítica a dirigentes sindicais como os Cruz. “O assistencialismo transforma-se, assim, em poderoso instrumento de controle político-social nas mãos dos governantes, permitindo a expansão do peleguismo no movimento sindical” (COLETTI, 1998, p. 85). Contudo, ambos notaram que resultados positivos também foram possíveis. O caso de Teodoro Sampaio confirma que alguns municípios conseguiram ter serviço médicos por causa dos vínculos entre STRs e FUNRURAL. Coletti comenta que líderes sindicais mais militantes tiveram a capacidade de utilizar os benefícios de assistencialismo rural para fortalecer o processo de mobilização e o poder de negociação dos sindicatos. Analistas como Regina Novaes, Biorn Maybury-Lewis e Peter Houtzager enfatizaram estes aspectos mais positivos do assistencialismo, procurando entender a “política do possível” permitida pelos mecanismos de controle do regime. Acredito que seja esta a melhor forma de entender o conflito da Gleba Santa Rita. Sem considerar o possível papel positivo do sindicato de Teodoro, é difícil compreender a resiliência dos sem-terra (MAYBURY-LEWIS 1994; NOVAES 1997; HOUTZAGER, 2004).

Em agosto de 1973, 80 policiais militares cumpriram a primeira ordem judicial de despejo sem interferência. Em janeiro do próximo ano, mais 16 famílias foram arrancadas da gleba pela força, mas expulsões adicionais foram evitadas pela intervenção do Zelmo Denari, o subprocurador estadual recentemente instalado em Presidente Prudente. Nascido em 1935, Denari era filho de um grande proprietário de Presidente Bernardes no Pontal. Mas, segundo seu depoimento, sua consciência foi formada por Guerra, o médico comunista que ajudou fundar a liga camponesa de Santo Anastácio e cuidava a família discutindo as questões fundamentais com seu pai. Denari brincava com as crianças da família Guerra. No final dos anos 50, Denari saiu da região para estudar e fazer carreira em São Paulo. Quando regressou, descobriu que seu emprego como procurador em defesa dos interesses do Estado necessariamente o colocava em conflito com os com-terra de sua classe social. Fazer bem seu papel significou fazer ressurgir as reclamações em disputa sobre a posse das terras no Pontal; o despejo dos camponeses da Santa Rita o desafiou como procurador e homem. Com a participação ativa do Bispo José Gonçalves da Costa, conseguiram virar a onda de expulsões e ajudar os sem-terra. O bispo chamou a invasão da polícia de inumana, atraindo atenção para a difícil situação dos camponeses. Denari se inseriu no conflito com a alegação que a terra não pertencia a Andrade e que os sem-terra deveriam ter permissão para permanecer até que o domínio da gleba fosse resolvido. Isso e a briga do Denari para provar que o Estado era dono da terra foi crucial para os camponeses. Ainda sob o regime do General Ernesto Geisel, a abertura começou, mas Denari relatou que recebeu ameaças de morte tão sólidas que perdeu controle da bexiga durante seu sono (FSP, 1977; OESP, 1978b; DENARI, 2004; GUERRA, 2004).

Em 1975, a imprensa começou a dar cobertura regular à disputa em Santa Rita e, até 1985, o STR de Teodoro Sampaio parece ter sido o maior apoiador dos sem-terra. Apareceu como ator no conflito pela primeira vez como provedor de assistência social e uma agência de apoio que as autoridades chamaram para ajudar os sem-terra a sobreviver após sua expulsão da terra. Da perspectiva do regime e dos críticos do assistencialismo, esse deveria ter sido o início e o fim da participação do sindicato. Os jornais citaram a reclamação de Divanil, que manifestou preocupações com a falta de recursos para lidar com todas as famílias. Ele explicou que o sindicato sempre sofria uma queda do número de associados quando acabava a colheita, uma vez que muitos sócios não tinham condições para pagar. Isso já se constituiu em uma crítica dura ao regime. O sindicato convidou os repórteres para relatar as condições do trabalho agrícola.

Em 1975, *O Estado de S. Paulo* citou as observações do Antônio Albano dos Santos, um cortador de cana:

Enquanto estão na terra, mesmo a falta de crédito junto aos fornecedores, a impossibilidade de obterem financiamentos bancários e a desnutrição e até as mortes por falta de remédios não são motivos para queixas por parte dos lavradores. Eles aceitam tudo normalmente porque qualquer protesto pode significar a dispensa (OESP, 1975c).

Dez anos mais tarde, tais imagens seriam regulares, mas a reportagem de 1975 foi rara em revelar a fraqueza do “milagre econômico”. Os Cruz usaram a atenção atraída pelo conflito de

Santa Rita para enfatizar a situação precária dos camponeses e documentar seu esforço em resolver os problemas. O sindicato trabalhou com o prefeito e a Igreja para construir moradias temporárias e arrecadar dinheiro para alimentar e vestir os sem-terra da região.

Estes dois papéis do sindicato – como assistente de primeiro socorro e propagandista – foram contínuos durante o período. Mais dois papéis também foram típicos do sindicato de Teodoro Sampaio: o de interlocutor e o de defensor, que colocaram o sindicato na imprensa como representante dos sem-terra antes das autoridades administrativas e judiciais. Estas formas de atuar foram as mais tradicionais de uma organização de classe e, obviamente, o regime aceitou a idéia. Como interlocutor, José Ferreira Cruz em especial se apresentou como alguém disposto fazer *lobby* em nome dos pobres da terra. Durante os anos 70, ajudou organizar vários comícios e falou particularmente com dois governadores, dando mais tempo de resistência para os sem-terra.

Em 1977, Cruz falou com o Governador Paulo Egydio Martins, indiretamente eleito pelo colégio eleitoral, estabelecido pelo regime militar para mostrar um movimento em direção à democracia, quando ele veio visitar Andradina, noroeste do Pontal. “Uma coisa posso garantir”, comentou Egydio depois do encontro, “tocar em vocês, ninguém vai tocar. Isso eu garanto” (FSP, 1977). Em abril de 1979, Cruz falou com Paulo Maluf, o novo governador indiretamente eleito, e a publicidade em volta do apelo evidentemente forçou Maluf a comandar terminar outro processo de despejo no fim do mês. Ele foi citado pedindo a permanência dos posseiros “a fim de impedir injustiças e o caos social’ através de desapropriação” (FETAESP, 1979; SANTOS, 1979).

No mundo do homem cordial, foi como se Cruz fosse um irmão mais velho, tentando convencer o pai a não tirar a herança de um irmão problemático. Em um esforço final, o irmão pede benevolência do patriarca; o patriarca muda de idéia, mostrando para o mundo sua consideração para os mais fracos. Assim, o sistema funciona de forma a confirmar as relações de poder, preservando a ordem social.

Enquanto Cruz foi atrás o governador, os advogados foram aos tribunais. O sindicato de Teodoro Sampaio não teve seu advogado próprio até 1980 (CRUZ, 2004). Em 1977, os advogados da CONTAG e FETAESP avisaram Cruz sobre os direitos legais dos sem-terra. Em 1979, ele revelou sua frustração com a estratégia legal, sugerindo que “já estavam quase esgotados os meios legais capazes de beneficiá-los” (FETAESP, 1979). Mas, no ano seguinte, o advogado Emídio Severino da Silva começou trabalhar para o sindicato e colaborou com o subprocurador Denari e seu assistente Gilberto Lima, em seus apelos judiciais.

Ao contrário das crenças de Cruz, os tribunais se mostraram um campo de batalha fundamental na luta pela terra, já que uma questão central nas disputas foi a situação legal das escrituras no Pontal. Enquanto tudo mais foi acontecendo, os juízes de vários distritos e níveis do sistema judiciário trabalharam para resolver as dúvidas sobre quem estava com a posse legal. Os advogados de Justino de Andrade defenderam o título de seu cliente até a última gota de sangue, enquanto o subprocurador lutou para provar que a Gleba Santa Rita pertencia ao Estado. O MSTR juntou forças com o Estado e também utilizou os tribunais para defender os direitos dos

sem-terra frente do Estatuto da Terra, regras do PRORURAL e outras leis que poderiam ajudar proteger sua propriedade. Sob o Estatuto da Terra, por exemplo, os arrendatários contratados para trabalhar na gleba tinham direito de ficar na terra até o fim da colheita. Também tinham direito de receber indenização pelas estruturas que construíram para viver e trabalhar, o que criou uma oportunidade para acusar a polícia de violar a lei quando destruíram as benfeitorias dos camponeses. A complexidade do sistema judicial do Brasil ajudou os advogados a procurar juízes simpáticos para emitir ordens contra os despejos na última hora (TAYLOR, 2004). Estes processos romperam com a aplicação fácil do poder a favor dos com-terra e seus aliados na Ditadura e ajudaram a prolongar a permanência dos sem-terra até o final do regime.

Na avaliação da relação dos sem e com-terra durante esse período, o caso Santa Rita revela uma falta de ordem que pode surpreender os que prestaram atenção na propaganda do regime. Apenas a primeira expulsão dos camponeses caiu na expectativa do que seriam as características de uma ditadura. No despejo de agosto de 1973, a polícia militar violentamente expulsou 47 famílias e arrebitou todas as suas benfeitorias. De lá até o fim do regime, as autoridades estaduais e federais pareciam ter muitos mestres, um não mais poderoso que o outro. Qualquer que fosse o peso político de Andrade nos anos 50, seria inexpressivo já em meados dos anos 70. Com alguma justificativa, ele se viu como vítima já que outros grileiros no Pontal, tais como a família de seu antigo patrão Adhemar de Barros, não estavam sendo perturbados (SANTOS, 1980). De fato, durante o período, outros suspeitos com-terras no Pontal – para não falar de outras regiões do país – estavam sendo incomodados e de forma muito similar. Cada caso precisa ser pesquisado para revelar as razões. A partir do caso Andrade, daria para entender que a militância dos sem-terra, as políticas de modernização agrícola, o estado duvidoso das escrituras, o ativismo do subprocurador, a diligência do sindicato e imprensa e o discurso de abertura conspiraram contra os com-terra, que se colocaram, por um momento histórico, em uma situação complicada.

Contudo, outros fatores têm que entrar no cálculo. A ambivalência da natureza do desenvolvimento capitalista da região poderia ter contribuído para confundir as autoridades. Nos anos 1970, planos se realizaram para levar vantagens do sistema hídrico da região, com sua proximidade aos centros populacionais, para construir barragens e usinas de geração de energia. A empresa estatal de energia (CESP) aumentou seus investimentos no Pontal e necessitava atrair trabalhadores até o local para construir as barragens e usinas. Um modelo de desenvolvimento territorial baseado em agricultura e não em pecuária era mais compatível. A população dos novos municípios da região estava dividida sobre as mudanças – alguns gostaram da idéia da tranquilidade e riqueza concentrada que acompanharia o gado; outros imaginavam como gozariam de vários benefícios com a crescente população vinculada a famílias de pequenos agricultores. O prefeito Natalício dos Santos estava a favor de uma maior distribuição das terras e crescimento demográfico, enquanto seu rival, Walter Ventura Ferreira, alegava que os “trabalhadores rurais nada sabem fazer, além de lavrar manualmente a terra” (OESP, 1975c).

As estatísticas da distribuição das terras na região mostram que os com-terra ganharam no período. Entre 1970 e 1978, Teodoro Sampaio perdeu 78 % de suas propriedades rurais. O número de minifúndio, sítios com menos que 20 hectares, caiu 1.659 unidades, de 1.862 para 203. Por outro lado, apenas duas mega-propriedades com mais que 10 mil hectares foram criadas durante o período e o número de fazendas entre 20 e 100 hectares aumentou por 20%. O geógrafo Leite ligou o declínio dramático do minifúndio ao fim do ciclo de madeira, já que quase todas as madeiras fecharam nos anos 70 com o fim da reserva florestal. Os desbravadores, muitos dos quais moravam em lotes de subsistência, sem escrituras, foram deixados sem emprego e assim migraram para outros lugares. O resultado foi um declínio da área cultivada em quase 10 mil hectares no período. Em 1979, a secretaria de planejamento do estado publicou um plano de desenvolvimento regional que confirmou a visão da CESP e adicionou uma usina de álcool, indicando um futuro de concentração de terras não para pecuária, mas para cana-de-açúcar com a expansão de 15.000 hectares do “capim” valioso (LEITE 1998, p. 184-189).

De fato, o período militar acabou mal para os sem-terra do Pontal. O sindicato de Teodoro Sampaio, certificado pelo Estado para defender os interesses dos camponeses, tinha feito muito por eles, dentro e fora da política do possível. Em aliança com outros indivíduos e instituições, ajudou realizar seus sonhos de possuir terras. Em 1983, Cruz organizou uma caravana dos sem-terra para ir de Santa Rita até a capital para colocar suas demandas ao primeiro governador eleito diretamente pelo povo desde o golpe, Franco Montoro, antigo Ministro de Trabalho que ajudou formalizar a formação de dezenas de sindicatos de trabalhadores rurais em 1962. Em 1984, Montoro mandou desapropriar a Gleba Santa Rita para poder distribuir as terras entre os sem-terra, uma obra a ser administrada por Denari (FETAESP 1983; FSP, 1984a; FSP, 1984b).

Mas a oposição à ordem do Montoro foi feroz, e ela não foi cumprida em razão de interferência judicial. Para os sem-terra, a experiência de insegurança da época da ditadura foi constante. Além da advocacia dos Cruz e Denari, é muito difícil achar nas ações do governo provas da contribuição do Brasil à civilização, à cordialidade. Certamente Andrade, o com-terra do caso Santa Rita, não mostrou nada disso. Líderes do estado, perseguidos pela mobilização de pressão pelo sindicato, concederam chão e, nas palavras de Holanda, demonstraram “hospitalidade... generosidade”, um pouco da “influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal”. Mas, seria muito complicado encontrar nos motivos de suas ações “um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”. Dúvidas sobre a existência de cordialidade na relação dos sem e com-terra durante a Ditadura foram definitivamente resolvidas pela realidade documentada pelas estatísticas citadas acima. A concentração da terra e assim, do poder, foi a onda do futuro.

A NOVA REPÚBLICA

Uma das saídas para a crise econômica é fazer a REFORMA AGRÁRIA, pois criará milhões de empregos... por isso, reivindicamos... UMA POLÍTICA AGRÁRIA QUE FAVOREÇA O PEQUENO PRODUTOR, OU ENTÃO SEREMOS

OBRIGADOS A OCUPAR ESSAS TERRAS PARA PODERMOS SUSTENTAR NOSSOS FILHOS E CONTINUARMOS SOBREVIVENDO. (ênfase no original) – Movimento dos Sem Terras do Oeste de São Paulo, (Andradina, 04 de junho de 1983).

Os acampados vão ocupar o que é deles, plantar, construir casas. As ocupações vão continuar até que os 350 mil hectares grilados no Pontal estejam nas mãos dos trabalhadores. - José Rainha Júnior (Teodoro Sampaio, JMST - *Jornal dos Sem Terra*, julho de 1991).

Antes do fim do regime militar, mais duas organizações começaram participar no conflito na Gleba Santa Rita: a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o MST do Oeste (Movimentos dos Sem-Terras do Oeste de São Paulo). A primeira foi a CPT, uma entidade ecumênica criada em 1975 e legitimada pela CNBB.

Como descrito acima, a arquidiocese regional se envolveu na luta pela terra da Santa Rita através dos protestos do Bispo José. Contudo, em 1974, a hierarquia da Igreja transferiu o bispo para o Rio de Janeiro e o Bispo Antônio Agostinho Marochi, mandado para seu lugar, era conservador e hostil à teologia da libertação. Os padres sob seu controle tiveram permissão para oferecer nada mais que assistência tradicional de misericórdia, fosse com ou sem-terra. Por exemplo, quando a pressão cresceu para despejar de novo os camponeses de Santa Rita em 1977, a imprensa relatou que o padre de Teodoro Sampaio foi prontamente “oferecer ajuda aos posseiros se o despejo for executado” (OESP, 1978a). Esta situação mudou por um período breve no início dos anos 80 quando o CPT fundou um escritório estadual em São Paulo. Padre José Domingo Bragheto, da diocese de Jardinópolis, São Paulo, foi indicado para servir como coordenador, mas raramente conseguiu penetrar no território do Bispo Agostinho (BRAGHETO, 2004).

Em 1982, a *Realidade Rural*, revista da FETAESP, relatou a “solidariedade aos posseiros” do padre Bragheto e revelou que ele tinha visitado os sem-terra de Teodoro Sampaio recentemente. Um padre da diocese, que não foi identificado, comentou que “a Igreja, consciente de que sua vocação e seu papel se realizam em favor dos pobres, não pode deixar de tão grave problema, como é o da terra na região do Pontal do Paranapanema”. Em nome da CPT, padre Bragheto mandou cartas às autoridades, protestando contra a situação dos sem-terra e reivindicando reforma agrária (FETAESP, 1982). Em 1983, o novo padre de Teodoro Sampaio, José Antônio de Lima, informou a imprensa de que a CPT não era ativa em sua área (FETAESP, 1983). Em 1986, Bragheto foi despedido como coordenador e em 1989, o Bispo Agostinho ajudou influenciar a CNBB para criar novas regras para proibir a CPT de militar em qualquer diocese sem assegurar primeiro a licença do bispo. Os com-terra gostaram de Dom Agostinho, como me relatou, em entrevista em 2004, o presidente da UDR Roosevelt Roque dos Santos (PEREIRA, 2004; JUNANDIR, 2004; LIMA, 2004; BRAGHETO, 2004; SANTOS, 2004).

A história do movimento dos sem-terra no Pontal reflete diretamente as limitações sofridas pela CPT e pelo STR durante suas experiências na região. Enquanto parâmetros culturais e estruturais, como as regras da diocese e o corporativismo que restringiram a militância das já

mencionadas instituições, o incipiente MST sofreu menos obstáculos. Poderia argumentar que Dom Agostinho, ao proibir a militância de seus padres, simplesmente refletiu a cultura conservadora tradicional da igreja rural. Alguns padres, como José Antônio e João Pereira, procuraram agir sem atrair a atenção do bispo, mas a CPT em si somente veio ter uma existência institucional no Pontal depois que Dom Agostinho se aposentou, em 2003. A natureza estrutural da CPT, como entidade da CNBB - até o final da Ditadura, sua capacidade de agir dependeu naturalmente em elementos básicos como escritório e privilégios telefônicos – teve sua capacidade de operar dependente na hierarquia da diocese. O que quero anotar aqui é que os sem-terra do Pontal não encontraram na Igreja o rosto cordial do patriarca, do irmão mais velho eles precisaram para ajudá-los enfrentar os com-terra e o Estado.

A primeira base de apoio para o movimento dos sem-terra no oeste do estado veio do Padre René Parren, um holandês que chegou em 1974 em Andradina, uma cidade ao nordeste do Pontal, para trabalhar como padre entre a crescente população de trabalhadores que chegava à região atraída pela construção das barragens e usinas hidroelétricas. Em 1978, contudo, casou-se e foi terminada sua carreira como padre, enquanto sua obra entre os pobres continuou, bem como sua identidade como “Padre” René. Formado na teologia da libertação, Parren se engajou com entusiasmo na luta pela terra, ajudando mobilizar e fazer pressão, em 1979, para que a Fazenda Primavera fosse desapropriada e criada o primeiro assentamento na região depois de que o Presidente Figueiredo, o último dos presidentes militares, assinou o decreto de desapropriação em julho de 1980 (FERNANDES, 1996, p. 88-95; PARREN, 2005;). O sucesso da luta, que contou em alianças com muitas organizações, como a CPT e STRs, inspirou a expansão da campanha pela reforma agrária no território fértil da região adjacente do Pontal. Ironicamente, as proibições do bispo de atuação da CPT provocaram a criação de uma nova organização, estimulando o estabelecimento do MST do Oeste em 1980.

Inicialmente, Parren e outros militantes de Andradina procuraram construir uma aliança com o sindicato dos trabalhadores rurais de Teodoro para atender à demanda dos sem-terra de Santa Rita. Em abril, 1983, o movimento e sindicato apresentaram um abaixo-assinado ao Governador Montoro, com quatro mil assinaturas de sem-terra do noroeste, que manifestaram seu desejo de obter terra no estado. Em junho, o movimento mandou uma outra carta ameaçando ocupar terras na região se o governador não agisse rapidamente na desapropriação e redistribuição da terra entre os sem-terra. “Uma das saídas para a crise econômica,” a carta declarava, “é fazer a REFORMA AGRÁRIA, pois criará milhões de empregos... por isso, reivindicamos UMA POLÍTICA AGRÁRIA QUE FAVOREÇA O PEQUENO PRODUTOR, OU ENTÃO SEREMOS OBRIGADOS A OCUPAR ESSAS TERRAS PARA PODERMOS SUSTENTAR NOSSOS FILHOS E CONTINUARMOS SOBREVIVENDO”. Uma nota encontrada nas margens da carta, escrita a mão e assinado por Parren, explica que ele aproveitou uma visita do governador ao Pontal para mobilizar uma caravana de trabalhadores rurais para entregar a carta pessoalmente a ele e a seu Secretário de Agricultura, José Gomes da Silva, em Presidente

Epitácio (FERNANDES, 1996, p. 95-114; BRAGHETO, 2004; PARREN, 2005; MST do Oeste, 1983).

A estratégia de pleitear ao governador e organizar caravanas de sem-terras para pressionar e personalizar o seu apelo foram táticas que já tinham sido utilizadas por José Ferreira Cruz e pelo sindicato de Teodoro Sampaio. Alguns analistas criticam o sindicalismo dos trabalhadores rurais como um velho movimento social por usar tais métodos bem como depender de cartas de reclamação, tornando-se “sindicatos de correspondência” (COLETTI, 1998). Mas, a carta do movimento comemorou o então recente congresso nacional da CONTAG que, em 1979, fez da reforma agrária sua reivindicação maior. De fato, por mais de duas décadas a palavra de ordem da CONTAG foi “Reforma agrária: terra para quem nela trabalha”. Como já vimos, a linguagem dos apelos do sindicato utilizou também a situação desesperada dos trabalhadores rurais e sem-terras para moralmente desafiar o Estado, reclamou da transferência dos custos da crise econômica para as costas dos trabalhadores e apoiou a divisão das terras como uma solução chave para os desafios políticos e econômicos do Brasil. As distinções maiores entre os novos e velhos movimentos estavam centrados na relação das organizações com o Estado e lei, e as responsabilidades que cada uma cobrou dos membros. Tecnicamente, para ser sócio do sindicato, o trabalhador se qualificava como assalariado agrícola ou dono de uma pequena propriedade de exploração familiar. Os sindicatos faziam parte da estrutura corporativista do Estado e dependiam muito da capacidade de seu presidente em aproveitar processos e procedimentos burocráticos, tudo dentro da lei, com poucas oportunidades para interpretá-la de maneira radical.

Como o nome indica, o MST do Oeste de São Paulo se definiu como representante dos sem-terra e o “pequeno produtor”, protagonista na carta, foi entendido como a família (pai, mãe e filhos) e não apenas o patriarca familiar. Além disso, a carta para o Montoro expressou um ultimato, baseado na agilidade do movimento como uma entidade informal, livre das limitações do corporativismo. Se o governador fosse demorar em implementar políticas favorecendo os camponeses, escreveram em letras garrafais, que estariam obrigados a ocupar as terras em questão para alimentar suas crianças e assim preservar suas vidas. A ameaça representou uma tática relativamente nova que já vinha sendo uma característica definitiva da organização regional que contribuirá para a fundação do próprio MST em janeiro de 1984 (FERNANDES, 1996; BRANFORD & ROCHA, 2002; WRIGHT & WOLFORD, 2003).

A primeira ocupação de terras no Pontal começou no dia 15 de novembro de 1983, quando centenas de sem-terras cortaram a cerca para entrar em uma propriedade da família Sebastião Camargo, dono da empresa Camargo Correia, e lá montar um acampamento. Nem o movimento, nem o sindicato nem a Igreja assumiram responsabilidade pela ação. O político municipal Gerson Caminhoto me relatou que ele e seus assessores no PMDB local ajudaram a instigar a ocupação (CAMINHOTO, 2004). Mas, a fonte mais provável foi Moisés Simeão de Oliveira e seus aliados. Moisés foi um camponês que mudou para a região para trabalhar, como centenas de outros

trabalhadores migrantes, na construção de barragens e que ficaram sem emprego e moradia quando os projetos foram encerrados. Enquanto um assentamento foi estabelecido na beira do rio para os ribeirinhos e camponeses deslocados pelo projeto, os peões em volta de Moisés pleitearam uma solução e, vendo a experiência dos camponeses da Gleba Santa Rita e as histórias dos sem-terra mobilizados no Rio Grande do Sul, resolveram ocupar as terras improdutivas da Camargo Correia (CALLADO, 2003; OLIVEIRA, 2004).

Qualquer que seja a história verdadeira, o movimento e a CPT comemoraram a ocupação e a usaram para reclamar contra as falhas do sindicato e da Igreja em resolver os problemas e procurar reforma agrária com mais força. O sindicato trabalhou com a Igreja local para ajudar as famílias a negociar com o Estado. A ocupação, que cresceu com a chegada de dezenas de sem-terras de Paraná e outros estados, ajudou pressionar o governo estadual para desapropriar, finalmente, terras no município. Em março de 1984, a imprensa relatou que o Montoro chorou quando assinou o ato desapropriando 15.000 hectares de terras nas glebas Santa Rita e Ribeirão Bonito (FSP, 1984a; OESP, 1984). Cruz comentou que agora, oito mil sem-terras virariam com-terras: “O contingente de lavradores a espera de terra em Teodoro Sampaio atinge hoje, cinco mil pessoas. Somando-se aos outros três mil trabalhadores volantes, temos hoje oito mil pessoas felizes” (FSP, 1984b).

A Nova República, que começou oficialmente com a posse do Presidente José Sarney em janeiro de 1985, trouxe pouca mudança da longa saga de relações conflituosas entre com-terra e sem-terra no Pontal. Os com-terra organizaram manifestações e processaram o Estado no judiciário e, em maio, a implementação do decreto de Montoro foi interrompida (FSP, 1984b; OESP, 1985a). Em resposta, o MST do Oeste de São Paulo colocou a lei nas próprias mãos dos sem-terra. Organizou a ocupação da Santa Rita em solidariedade com os camponeses ainda resistindo em seus próprios lotes (OESP, 1985b). Apesar de sua falta de ligação com a ocupação, Cruz relatou que sofreu ameaças de morte de pessoas vinculadas com a recém-formada UDR. Talvez fosse por medo, então, que ele condenou a ocupação e falou, no nome do INCRA, que o Pontal não estaria aceitando mais candidaturas para terra de paranaenses e outros migrantes de outros estados (JB 1985; OESP, 1985c). Cruz resolveu responder à mão repressora dos com-terra de maneira a reafirmar o papel legitimador do sindicato, inclusive sua relação funcional, como ferramenta de controle social de uma entidade executiva do governo, para dizer que as pessoas têm que existir dentro de certas divisas, bem como o território do sindicato foi limitado ao município por estatuto. Desta maneira, o sindicato cumpriu as expectativas de cordialidade, mostrando deferência às estruturas de poder estabelecidas. Em oposição, o MST do Oeste respondeu tomando uma posição ofensiva de enfrentamento em face das intimidações dos com-terra.

Em agosto de 1986, Sarney aplicou o Estatuto de Terra de 1964 para apoiar um decreto federal de desapropriação que terminou, finalmente, a longa e trágica história da luta pela terra dos camponeses da Gleba Santa Rita. Foi só nesta ocasião que os sem-terra de Santa Rita do

Pontal começaram se tornar com-terras, desafiando, se não invertendo a ordem social (OESP, 1986a). Como tem notado eloquentemente o sociólogo José de Souza Martins, décadas de transformações econômicas, sociais e políticas levaram o campesinato a seguir “o caminho da ruptura das relações de dependência pessoal”. E, ainda: “O rompimento dos vínculos de dependência [deu início à] nova cultura dos pobres do campo” (MARTINS, 1989, p. 14 & 21). Em sua forma mais avançada, a cultura nova emancipa o camponês e possibilita que se torne um com-terra bem sucedido e consciente de sua responsabilidade social na luta em favor da ampliação da reforma agrária. Isso foi resultado da transformação de condições estruturais e, como já vimos, a luta prolongada de individuais excepcionais com o apoio de movimentos organizados. Com a diminuição da cultura de dominação e deferência no fundo de cordialidade, novos tipos de homens cordiais começaram aparecer. Nisso também o MST foi inovador.

O MST em si chegou no Pontal na pessoa de José Rainha Júnior. Filho mais velho de um camponês do Estado do Espírito Santo, Rainha teve pouco tempo para estudar. As terras da família foram perdidas e ele, como seu pai, precisava ganhar o pão trabalhando para outros agricultores. Sua educação veio através da Igreja Católica. Participando com grupos de jovens em aulas de conscientização da Igreja em Linhares, aprendeu ler e entender Marx, Lênin e os teóricos da teoria da libertação, entre eles, Frei Betto. Como trabalhador rural que se destacou entre os jovens nos cursos de formação, ele foi cultivado para integrar a luta pelo controle do sindicato dos trabalhadores rurais de Linhares. Seu papel no sindicato e criação como camponês fizeram com que Rainha fosse participar do primeiro congresso nacional do MST e fosse eleito membro da direção nacional do movimento em 1985. Depois disso, trabalhou em tempo integral na organização de ocupações no nordeste. Seu sucesso lá atraiu a atenção de adversários, que ameaçaram sua vida. Assim, a direção do movimento o mandou para coordenar o MST no Pontal a partir de 1991 (BARBEIRO & NASCIMENTO, 1996; SALGADO & PERES, 2003; RAINHA, 2004).

A presença do Rainha no Pontal foi noticiada pela primeira vez em março de 1991, o identificando como organizador das 234 famílias que ocuparam a Fazenda São Bento (IMP, 1991). Em julho, o *Jornal dos Sem Terra* o citou afirmando, "Os acampados vão ocupar o que é deles, plantar, construir casas. As ocupações vão continuar até que os 350 mil hectares grilados no Pontal estejam nas mãos dos trabalhadores" (JMST, 1991). A experiência de Rainha, a situação duvidosa dos títulos de propriedade da região, bem como sua proximidade da grande imprensa, ajudaram a projetá-lo – e sua esposa Diolinda Alves de Souza – como militantes camponeses nacionais e consolidar a imagem do MST como movimento singular dos sem-terra (NOVAES, 1997).

A grande imprensa é arma da ofensiva hegemônica burguesa, como notam dezenas de estudiosos dos meios de comunicação. Já que a propriedade privada é base de toda a argumentação a favor do sistema capitalista deles, é explicado o foco intenso que deu a mídia às atividades do Rainha e, no mesmo tempo, a utilidade para o MST em colocar dentro do Estado de

São Paulo uma liderança com as qualidades dele. A imprensa se posicionou contra a realização de reforma agrária de verdade – uma real fragmentação da estrutura fundiária - e Rainha usou sua oposição para mobilizar a massa para ocupação depois ocupação. Sua agressividade e capacidade de “forçar a barra” atraiu perseguição pelo judiciário. Anotam a natureza da representação do movimento de dois depoentes num processo contra Rainha como líder de um quadrilha criminal:

Sobre uma ocupação em 1992 - [Quando] as invasões passaram a serem lideradas pelo Sr. Rainha, [,,,] o movimento passou a ser mais agressivo, na forma das invasões as quais passaram a serem realizadas com danos à propriedade invadida. Nessas invasões passaram a derrubar, furtar e ou queimar as cercas e madeiras, queimar e destruir máquinas agrícolas, subtrair e ou matar a criação (MOREIRA, 1998).

Sobre uma ocupação em 1994 - Os invasores já chegaram ateado fogo na invernada, queimando aproximadamente 180 alq. Os invasores cortaram aproximadamente 6000 metros de cerca, levaram um botijão de gás, um rádio, caixa de ferramentas, foice, e cinco garrafas térmicas. Neste dias os invasores mataram 8 bois, levando-os em carroças....(OSVALDO, 1998).

Em 1995, Rainha foi citado em letras garrafais por “ameaçar ressuscitar Canudos”. “Vamos aumentar [a pressão] mais ainda”, falou Rainha. Segundo o *Oeste Noticias*, um dos dois diários de Presidente Prudente, Rainha se explicou assim: “Poderá acontecer o que aconteceu em Canudos. Porém, desta vez resultado será diferente: a vitória será dos trabalhadores. Não sairimos...” (ON, 1995). Segundo outro jornal da região, *O Imparcial*, os sem-terra não iam desistir. “Não haverá recuo,” falou Rainha, “e se as tropas da Polícia Militar entrarem, será a repetição de um Canudos, cem anos depois, só que com a vitória dos sem-terra” (IMP, 1995). Isso foi a voz forte do homem cordial do povo.

CONCLUSÃO

Até o final de 1996 quando ocorreu o debate no Canal Rural, citado no início deste artigo, Rainha e o MST foram mais que nomes familiares, foram astros internacionais. Constantemente perseguido pelas autoridades, a questão da liberdade do Rainha fez dele uma causa célebre mundial. Como instituição popular, o MST ficou com um *ranking* nacional quase equivalente ao das Forças Armadas e ao da Igreja Católica. Os sem-terra e a imprensa procuraram Rainha como um patriarca capaz e empático, um símbolo do poder do MST. Enquanto o fim do século XX quase eliminou o homem cordial de Holanda – o poderoso patrão tradicional do meio rural – também criou um novo tipo que reproduziu algumas de suas características para poder defender os interesses dos operários e camponeses. O êxito de Rainha foi fundado não só na civilidade que demonstrou na televisão, mas em sua capacidade como um novo tipo de patrão, para quem os sem-terra – revoltados com as relações tradicionais, mas ainda colados nas teias da cultura brasileira patriarcal - poderiam transferir suas esperanças e fidelidade. Não no sentido de “consciência falsa” criticado por sociólogos como Benno Galjart (1964) e Martins (2000, p. 38, n

21), mas precisamente porque reconheceram a pessoa de Rainha e entenderam que seus interesses seriam melhor servidos pelo MST que pela UDR ou qualquer outra personagem ou entidade da classe dominante. Era supremamente irônico que, no debate televisionado, Rainha e não Roosevelt soubesse que não era momento apropriado para defender a violência. Um homem cordial do século XXI, ele conhecia bem a necessidade de empregar a violência na luta de classes e também a importância de negar este conhecimento na televisão.

Cordialidade foi o conceito utilizado por Holanda e analisado por tantos outros estudiosos para compreender a natureza personalista da vida pública no Brasil durante a transição à democracia depois de períodos de ditadura e dominação militar. As mobilizações de Nestor Veras e a Liga Camponesa de Santo Anastácio refletiram os primeiros passos deste processo dual de transformação das relações sociais. Enquanto a classe dominante rural abandonou a “lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade”, os sem terra responderam com organização, uma seleção de seus próprios líderes e reivindicações morais. Em outro momento, atacado pela exploração e abandono dos com-terra, o sindicalista Cruz utilizou o personalismo para fazer apelos aos governadores e presidentes e a defesa dos sem-terra e a proteção de seus direitos. A linguagem de direitos, constrangida como se fossem pela vontade burocrática, legislativa e jurídica, não se provou adequada como substituto para a força, o mecanismo fundamental da cordialidade. Os com-terra sempre ficaram por cima do processo judicial; os sem-terra quase sempre perderam, durando por pouco tempo suas vitórias ocasionais, o que nos lembra de outro truísmo brasileiro, embutido numa frase atribuída ao Getúlio Vargas, “Aos amigos tudo; aos inimigos, a lei” (DAMATTA 1991, p. 137-197).

O MST, um movimento definido pelos sem-terra em si, viu a lei como opressiva e decidiu desafiá-la com ação direta e um discurso moral. Era moral – era cordial – aceitar uma ordem social que permitiu milhões de pessoas sobrevivendo na miséria, subempregados, buscando sua subsistência toda hora, gozando nenhum ganho, conforto ou segurança? O movimento também apelou à lei suprema do país – a Constituição – para desafiar as decisões dos poderes Judiciário e Executivo. Oportunidades de divulgação nacional, como o debate entre Zé Rainha Júnior e Roosevelt Roque dos Santos mostraram para o mundo moderno, o mundo de regras e leis, a capacidade do movimento de se comportar em uma maneira civil. No campo, Rainha também mostrou a capacidade cordial do movimento: mobilizar força, articular com os poderosos e jogar pesado com uma equipe de assessores tipo jagunços. Aderindo a estas estratégias, misturando o cordial com o civil, o MST provou durante décadas sua resistência e acumulou ainda mais peso e autoridade com sua persistente autonomia. Líderes como Rainha ficaram, penso eu, como a realização do homem cordial para muitos sem-terra e sem-terra transformados em com-terra através dos êxitos da reforma agrária. A evolução do movimento consolidou uma etapa nova em sua relação com os com-terra e necessitou que o estado procurasse tratá-los em maneiras diferentes, mais respeitadas. O MST tem se tornado uma das maiores organizações camponesas

no mundo e, apesar de suas novidades, suas ligações com formações sociais tradicionais como a patriarcal, merecem maior atenção pelos pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- AVELINO FILHO, George. Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 5, n. 12, p. 5-14, fev, 1990.
- BARBEIRO, Heródoto e NASCIMENTO, Gilberto. Rainha fala pela 1ª vez desde prisão de líderes. *O Imparcial*. p. A2. 24 de fevereiro, 1996.
- BARRIGUELLI, José Cláudio, Organizador. Subsídios à história das lutas no campo. In. Vol. II: *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956)*. São Carlos, SP: Arquivo de História Contemporânea, Ufscar, 1981.
- BOGO, Ademar. *Licões da luta pela terra*. Salvador, Memorial das letras, 1999.
- BRANFORD, Sue, e Rocha, Jan. *Cutting the Wire: The Story of the Landless Movement in Brazil*. London, Latin American Bureau, 2002.
- CALLADO, Antônio. *Entre o Deus e a vasilha: ensaio sobre a reforma agrária brasileira, a qual nunca foi feita*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2003.
- CAMPANHOLE, Adriano, e CAMPANHOLE, Hilton Lobo, Organizadores. Legislação agrária. In *Legislação agrária*. 10. São Paulo: Editora Atlas SA, 1980.
- CARVALHO, José de Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2004.
- COLETTI, Claudinei. Ascensão e refluxo do MST da luta pela terra na década neoliberal. *Idéias*. v. 9, n. 1, p. 49-104, 2002.
- CORREIA, Altino. No Pontal, 55 famílias sob ameaça de despejo iminente. *O Estado de S. Paulo*. p.12, 12 de julho, 1977.
- COUTO, Ronaldo Costa Couto, *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil, 1964-1985*, 3ª Ed. (Rio de Janeiro: Editora Record, 1999).
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo, Instituto Astrojildo Pereira, 2004.
- D'INCAO, Maria Conceição. *O 'bóia-fria': acumulação e miséria*. 8. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- DAMATTA, Roberto. *Carnivals, Rogues, and Heroes: An Interpretation of the Brazilian Dilemma*. Notre Dame, IN, University of Notre Dame Press, 1991.
- DESMARAIS, Annette-Aurélie. *La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants*. London: Pluto Press, 2007.
- OESP - *O Estado de S. Paulo*. Os posseiros invadem a prefeitura, em busca de comida. p. 2, 29 de outubro, 1975a.
- OESP. Posseiros invadem Teodoro Sampaio. s/p. 30 de outubro, 1975b.
- OESP. Pontal adverte sobre problema de nutrição. p. 21. 01 novembro, 1975c.
- OESP. Posseiros têm só três dias de prazo. p. 17, 07 de julho, 1978a.
- OESP. Vencido prazo, posseiros esperam decisão do juiz, p. 21. 11 de julho, 1978b.
- OESP. Montoro desapropria áreas do Pontal para assentar famílias de agricultores. s/p. 24 de março de 1984.
- OESP. Um caro projeto de colonização. p.17. 08 de maio, 1985a.
- OESP. Outra fazenda é invadida no Paranapanema. p. 24. 27 de outubro, 1985b.

- OESP. Pontal tenta afastar as reivindicações de terras. p. 37. 17 de novembro, 1985c.
- OESP. Em São Paulo. p. 9. 24 de agosto de 1986a.
- OESP. “Sem-terra” apelam para a violência. p. 12. 27 de agosto de 1986b.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; CLEPS, João e FABRINI, João Edimilson. *Relatório DATALUTA 2006*. Presidente Prudente, 2007.
- FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo. Mais uma vez o sindicato impede despejo. *Realidade Rural*, v. IV, n. 6, p. 6, maio, 1979.
- FETAESP. Religiosos de Presidente Prudente, os novos aliados dos posseiros de Teodoro Sampaio. *Realidade Rural*, s.p., outubro, 1982.
- FETAESP. Depois de 15 de agosto, Montoro deverá entender-se com Venturini sobre Pontal. *Realidade Rural*, v. VIII, n. 9, p. s.p., 15 agosto, 1983.
- FSP - *A Folha de S. Paulo*. No Pontal, oitenta famílias estão sob ameaça de despejo p. 17, 01 de outubro, 1977.
- FSP. Agricultores desempregados do Pontal recebem terra do Estado. p. 17. 24 de março, 1984a.
- FSP. Fazendeiros despejados organizam protesto no Pontal. p. 19. 11 do agosto, 1984b.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada. As ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*, 1997.
- GOODMAN, David. Rural Economy and Society. In: BACHA, Edmar L., e KLEIN, Herbert S., orgs. *Social Change in Brazil, 1945-1985: The Incomplete Transition*. Albuquerque: The University of New Mexico Press, 1989, 49-98.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLSTON, James. The Misrule of Law: Land and Usurpation in Brazil. *Comparative Studies in Society and History*, v. IV, p. 695-725, 1991.
- HOUTZAGER, Peter P.. *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural*. São Paulo: Editora Globo, 2004.
- IMP – *O Imparcial* (Presidente Prudente, SP). Fazenda São Bento invadida. 24 de março de 1991.
- IMP. Fazendeiros e sem-terra tentam acordo. 11 de abril, 1995.
- JB – *Jornal do Brasil*. (Rio de Janeiro). Fazendeiros do Pontal são acusados de mandar matar líder sindical. p. 9. 8 de novembro, 1985.
- JMST- *Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo: Sem terra conquistam 3 mil hectares. (São Paulo), p. 10, julho de 1991.
- LEITE, José Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo, Editora Hucitec, 1998.
- LINHARES, Maria Yedda, e DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1999.
- MARTINE, George. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, George, e GARCIA, Ronaldo Coutinho, orgs. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Editora Caetés, 1987, 59-79.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo, Editora Hucitec, 1989.
- *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

- MAYBURY-LEWIS, Biorn. *The Politics of the Possible: the Brazilian Rural Workers Trade Union Movement, 1964-1985*. Philadelphia, Temple University Press, 1994.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, FASE, 1989.
- . *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- MOREIRA, Aurino. Sargento da Polícia Militar. In: BERALDO, Darci Lopes, Juiz de Direito, Pirapozinho. Poder Judiciário, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo Criminal No. 598-95. (30 junho 1998).
- MST do Oeste de São Paulo - Movimento dos Sem Terras do Oeste de São Paulo. Carta a Governador Franco Montoro. In: "Estado de São Paulo", Arquivo Morto da CPT. Andradina, 4 de junho, 1983.
- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro, Graphia Editorial, 1997.
- ON – *Oeste Notícias*. (Presidente Prudente). Rainha ameaça ressuscitar Canudos. 11 de abril, 1995.
- OSVALDO, Victor. Funcionário, Fazenda Santa Ana. In: BERALDO, Darci Lopes, Juiz de Direito, Pirapozinho. Poder Judiciário, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo Criminal No. 598-95. (30 junho 1998).
- SALGADO, Eduardo & PERES, Leandra. O beato Rainha. *Veja* v. 36, n. 24 No. 1807. p. 72-80. 18 de junho, 2003..
- SANTOS, Nelson Pereira dos. *Raízes do Brasil*. 2004.
- SANTOS, Valderi dos. No Pontal, indefinida situação de posseiros. *O Estado de S. Paulo*, p. 35. 15 de junho, 1980.
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Zahar, 1982.
- . *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, Hucitec, 1981.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- . *A luta pela terra. Experiência e memória* São Paulo: Edunesp, 2004.
- STÉDILE, João Pedro, e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo, Perseu Abramo, 1999.
- TAYLOR, Matthew M. The Riddle of High-Impact, Low-Functionality Courts: The Federal Judiciary and Public Policy in Brazil, *Brazilian Studies Association (BRASA)*, Rio de Janeiro, 9-12/June, 2004.
- THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.25-85
- WEGNER, Robert. *A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000.
- WELCH, Cliff. *The Seed was Planted: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964*. University Park, PA, The Pennsylvania State University Press, 1999.
- WRIGHT, Angus, e WOLFORD, Wendy. *To Inherit the Earth: The Landless Movement and the Struggle for a New Brazil*. Oakland, CA, Food First Books, 2003.

Entrevistas

BRAGHETO, Pe. José Domingos. Entrevista com o autor. 13 de setembro 2004. São Paulo, SP.

CAMINHOTO, Gerson. Entrevista com o autor. 6 de agosto 2004. Teodoro Sampaio, SP.
CREMONEZI, João Altino. Entrevista com o autor. 26 de julho 2004. Presidente Prudente, SP.
CRUZ, Divanil José. Entrevista com o autor. 7 de agosto 2004. Teodoro Sampaio, SP.
DENARI, Zelmo. Entrevista com o autor. 26 de julho 2004. Presidente Prudente, SP.
GUERRA, Dr. Pedro Paulo. Entrevista com o autor. 4 de setembro 2004. Alphaville, SP.
JUNANDIR, Padre. Entrevista com o autor. 22 de julho, 2004. Alvares Machado, SP.
LIMA, Pe. José Antônio de. Entrevista com o autor. 4 de agosto 2004. Presidente Prudente, SP.
OLIVEIRA, Moises Simeão de. Entrevista com o autor. 5 de agosto 2004. Euclides da Cunha, SP.
PEREIRA, João. Entrevista com o autor. 22 de julho, 2004. Presidente Bernardes, SP.
PARREN, René. Entrevista com o autor. 11 de outubro, 2005. Andradina, SP.
PORTELA, José Alves. Entrevista com o autor. 23 de agosto, 1988. São Paulo, SP.
RAINHA JÚNIOR, José. Entrevista com o autor. 5 de agosto, 2004. Mirante do Paranapanema, SP.
SANTOS, Roosevelt Roque dos. Entrevista com o autor. 03 de agosto de 2004. Presidente Venceslau, SP.